



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026**

**Edital nº 29/2026**

**Processo Administrativo nº 2207/2026**

**Unidades requisitantes:** Secretaria Municipal de Educação

**Tipo de licitação:** Menor preço

**Data início para envio da proposta eletrônica:** 12/06/2026

**Fim do envio da proposta eletrônica:** 25/06/2026 – 08:30 horas

**Data e hora da abertura da sessão pública:** 25/06/2026 – 09:00 horas

**Modo de disputa:** aberto

**Exclusivo para ME/EPP:** Não

**Forma de execução:** entrega total através de Autorização de Fornecimento

O Município de Pirassununga torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberta, nesta Prefeitura Municipal, situada à Rua Galício Del Nero, nº 51, Centro, Pirassununga/SP, licitação na modalidade Pregão, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil com utilização de recursos de tecnologia da informação, **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE COLCHONETES E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO**, que será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Municipais nºs 8.819/2024 (disponível no endereço [www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos](http://www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos)), Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e demais legislações correlatas aplicáveis.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), (Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL) no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pela Pregoeira com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

## **1 – DO OBJETO**

1.1. O presente Pregão tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE COLCHONETES E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO PARA AS CRECHES MUNICIPAIS**, de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, parte integrante deste edital;

1.1.1 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Anexo I, sendo:

Itens exclusivos para (ME/EPP/MEI): 1 e 3;

Itens da cota principal: 2.2 e 4.2;

Itens da cota reservada: 2.1 e 4.1;

1.1.2. As licitantes enquadradas como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual poderão cotar todos ou quaisquer itens tanto dos exclusivos, da cota principal e da cota reservada.

1.1.2.1. Os demais licitantes, não enquadrados como ME, EPP ou MEI, somente poderão cotar os itens da Cota Principal.

1.1.3. Para os itens da cota reservada, não havendo vencedor, o objeto poderá ser adjudicado ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, de forma sucessiva.

1.1.4. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

**1.3 VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 310.560,00 (trezentos e dez mil, quinhentos e sessenta reais).**

**1.4. Integram este Edital os seguintes ANEXOS:**

ANEXO I: Termo de Referência e seus anexos

ANEXO II: Proposta de Preços;

ANEXO III: Modelo de Declarações;

ANEXO IV: Minuta de Contrato;

**1.5. Da justificativa da contratação:** Considerando que não houve aquisição nos últimos 2 anos dos produtos elencados na tabela acima e a necessidade de abastecer as Creches municipais e pré escolas do município, esta contratação se justifica com a garantia de proporcionar qualidade de vida as crianças assistidas pela municipalidade.

## **2 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar da presente Licitação os interessados que atuem no ramo pertinente ao objeto da presente licitação e que atendam a todas as condições contidas na Lei nº 14.133/2021, bem como as demais exigências contidas no presente edital, e que estiverem previamente credenciadas no Sistema BLL (<https://bllcompras.com/>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**2.1.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/21 e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.**

2.1.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão. Para isso, os interessados deverão cadastrar-se previamente na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – (041) 3097-4600.

2.3. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

**2.4. Não poderão disputar esta licitação:**

2.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

2.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.4.4.1. o impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.4.8.1. a vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário especializado ou funcionário representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.4.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio; qualquer que seja sua forma de constituição, face à baixa complexidade e vulto econômico do objeto.**

### **3 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:**

3.1. Os interessados deverão nomear através do instrumento de Procuração com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

3.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.7. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

3.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

representante.

3.9. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.10. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

#### **4 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS NO SISTEMA ELETRÔNICO**

4.1. Os interessados encaminharão, exclusivamente por preenchimento através do sistema, sua proposta, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

##### **4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º XXXIII da Constituição**.

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos **incisos III e IV do art. 1º e no art. 5º da Constituição Federal**;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.8. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.8.1. Valor unitário e total, com apenas duas casas decimais;

4.8.2.1. Marca dos produtos ofertados;

4.8.2.2. Não será permitida a indicação de duas marcas ou alternativa entre elas;

4.9. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

4.10. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.11. Não serão aceitas propostas com quantidades inferiores às constantes no ANEXO I – Especificações Técnicas.

4.12. Com base no inc. III do art. 59 da Lei nº 14.133/21 que determina a desclassificação das propostas que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação, solicita-se aos licitantes a possibilidade de oferta de preços, já no momento de cadastramento da proposta, com valores não superiores ao estipulado em edital, proporcionando posteriormente a celeridade na etapa de julgamento das propostas.

4.13. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.14. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.**

4.15. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.16. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR VALOR POR ITEM**, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

**4.17. Conforme art. 59º da Lei nº 14.133, de 2021, será desclassificada a proposta vencedora que:**

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital ou seus anexos, desde que insanável.

4.18. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

4.19. A Pregoeira poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto na letra “d”.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

5.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.10. Os licitantes somente poderão oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá em relação aos lances deverá ser de: R\$ 0,10 (dez centavos);**

5.11.1 A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o preço valor unitário.

**5.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

5.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.16. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.20. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 2015.

5.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.25. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase.

5.29. Em caso de eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

5.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.32. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.33. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União; e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

6.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

6.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

6.6. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo estabelecido na sessão, sob pena de não



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

aceitação da proposta.

6.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.9.3. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.9.4. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **7. DA HABILITAÇÃO**

7.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

### **7.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica (artigo 66 da Lei 14.133/2021):**

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária ou cooperativa;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresárias ou cooperativas;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) MEI – Microempreendedor Individual, comprovante de inscrição;

➤ Os documentos acima citados deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

### **7.1.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista (artigo 68 da Lei 14.133/2021):**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

d) Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual (relativo aos débitos inscritos na dívida ativa) e Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

e) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

g) Para fins de aferição da regularidade fiscal e trabalhista serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da legislação vigente.

7.1.2.1. as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.1.2.2. havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, **será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.1.2.3. a não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**7.1.3. Relativos à Qualificação Econômico – Financeira (art. 69 da Lei 14.133/2021):**

7.1.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.1.3.2. A certidão referida no item 7.1.3.1, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente serão aceitas com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

**7.1.4. Será exigida, ainda, a apresentação da seguinte documentação:**

**a) Declaração** de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;

**b) Declaração** de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

**c) Declaração** de que a licitante não possui sanções vigentes previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, nos termos dos parágrafos 4º e 5º do mesmo artigo;

**d) Em se tratando de ME e EPP, declaração** de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;

**e) Declaração** e que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;

**f) Declaração** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

**g) Declaração** de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

**h) Declaração** de que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

7.2. As declarações acima deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, **sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO III do presente Edital**, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

7.3. A Licitante estrangeira deverá apresentar todos os documentos equivalentes aos exigidos as Licitantes brasileiras, no caso de ser considerada vencedora na etapa de Proposta.

7.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.4.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

**7.5. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas, com exceção da mencionada no item 7.1.3.1.**

**7.6. Constituem motivos para inabilitação da licitante:**

7.6.1. a não apresentação da documentação exigida para habilitação;

7.6.2. a apresentação de documentos com prazo de validade vencido, ressalvados os casos que se enquadrem no item 7.1.2.1;

7.6.3. a apresentação de documentos comprobatórios da regularidade fiscal referentes à filial, nos casos em que Matriz for a licitante, excetuados os casos previstos em Lei;

7.6.4. a apresentação de documentos comprobatórios da regularidade fiscal referentes à matriz, nos casos em que a filial for a licitante;

7.6.5. a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

7.6.6. o não cumprimento de qualquer requisito exigido para fins de habilitação.

7.7. As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação deverão apresentar declaração identificando a situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

## **8. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA READEQUADA**

8.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, que deverá ser inserida no prazo de **até uma hora**, contado da solicitação da Pregoeira via chat.

8.2. O prazo acima poderá ser prorrogado pelo mesmo período, desde que solicitado dentro do prazo inicial.

8.3 Os licitantes deverão encaminhar além dos documentos de habilitação, a Proposta de Preços com valores unitários e totais a partir do valor final obtido no certame, elaborada de acordo com o modelo ANEXO II, deste edital, contendo os preços unitários e total para a contratação a partir do valor final obtido no certame.

8.4. A pregoeira poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.5. Os documentos de habilitação e a proposta deverão ser apresentados preferencialmente:**

a) Com autenticação digital onde seja possível a aferição do código de autenticação digital ou apresentados com declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

a2) As declarações e a Proposta com identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou “gov.br”.

a3) Caso os documentos não sejam enviados na forma acima descrita, os originais ou cópias autenticadas, dos documentos de habilitação e os documentos devidamente assinados deverão ser apresentados na Seção de Licitação, situada a Rua Galício Del Nero, 51 – Centro – Pirassununga/SP - CEP 13.631-904, em até 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis.

## **9. DA REGULARIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

9.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.2. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

**9.3. Regularidade fiscal e trabalhista de ME/EPP.** A licitante habilitada nas condições do item 10.1 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9.4. Ocorrendo a habilitação na forma indicada no item **9.1**, a sessão pública será suspensa pela Pregoeira, observados os prazos previstos no item **9.3** para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

9.5. Por ocasião da retomada da sessão, a Pregoeira decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item **9.3**, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

9.6. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens **9.3** a **9.5**, a Pregoeira, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## **10. DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

10.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a **10 minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

10.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão **no prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos.

10.7. O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

10.8. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 11. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

11.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, **no prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores** à data fixada para a abertura da sessão pública. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser respondidos **no prazo de até 03 (três) dias úteis**, limitados ao último dia útil anterior à data da abertura da sessão.

11.2.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

11.2.2. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão disponibilizados nos sites: [www.pirassununga.sp.gov.br](http://www.pirassununga.sp.gov.br) e [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

### 12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado **10 (dez) dias corridos** após a entrega dos materiais, mediante apresentação da Nota Fiscal que deverá estar vistada por um agente da Unidade Requisitante, devendo a licitante vencedora observar o disposto na CAT 162 (nota fiscal eletrônica), da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, se o caso, sob pena de não recebimento.

12.2. Nos casos de atraso no pagamento, imputável, exclusivamente, à Administração Pública Municipal, o(s) valor(es) da(s) parcela(s) atrasada(s) ficará(ão) sujeita(s) a correção monetária, com base no IPC/FIPE *pro rata die*, desde a data da obrigação até sua efetiva quitação.

12.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. (art. 25 § 7º).

### 13 – DA CONTRATAÇÃO

13.1. Homologada a presente licitação, será o vencedor convocado através de Autorização de Fornecimento para efetuar a entrega dos produtos.

13.2. No recebimento e aceitação do objeto serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante recibo.

13.3. Não reconhece a Prefeitura quaisquer subcontratações por parte da vencedora, cabendo a esta sempre e exclusivamente a integral responsabilidade pelas obrigações ora assumidas.

### 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Nº do Órgão: 09.05; Nº da Despesa: 209; Categoria Econômica: 33.90.30 – Fonte 05



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

**15 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas de que trata o subitem anterior as seguintes sanções:

**I – advertência;**

**II – multa;**

**III – impedimento de licitar e contratar;**

**IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;**

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser também aplicadas concomitantemente com o do inciso II.

15.5. Se a contratada não observar o prazo fixado para o fornecimento dos produtos, ficará sujeita a multa diária de **1% (um por cento)** do valor total da contratação, enquanto perdurar atraso, até o limite de 10 (dez) dias. Ultrapassando este limite o pedido poderá ser rescindido, a critério do Município, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

15.6. Na hipótese de inadimplemento parcial da obrigação incorrerá a licitante vencedora em multa de **15% (quinze por cento)** do valor total da contratação, conforme critérios de razoabilidade, sendo que o valor será devidamente reajustado na data da aplicação da penalidade.

15.7. Na hipótese de inadimplemento total da obrigação incorrerá a licitante vencedora em multa de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total da contratação, devidamente reajustado na data da aplicação da penalidade.

15.8. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos neles indicados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

15.9. A aplicação das sanções previstas neste edital, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**16. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

16.1. As condições de execução e recebimento do objeto encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Termo de Referência, parte integrante deste edital.

**17. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA**

17.1. As obrigações da empresa vencedora encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Termo de Referência, parte integrante deste edital.

**18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

18.1. As obrigações da contratada encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Termo de Referência, parte integrante deste edital.

**19. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:**

19.1. Não haverá exigência de garantia da contratação

**20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

20.2. Os casos omissos serão solucionados pela Pregoeira em conformidade com as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021.

20.3. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pela Pregoeira e pela equipe de apoio.

20.4. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para o sistema, para a Pregoeira ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

20.5. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pela pregoeira na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

20.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, nos termos do art. 183 da Lei Federal 14.133/2021. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Pirassununga.

**20.8. O horário de atendimento ao público será das 08:30h às 11:00 horas e das 13:30 h às 16:30 horas, no endereço Rua Galício Del Nero, 51 – Centro, pelos telefones 19 3565-8037/8068/8032 e/ou e-mail licitacao@pirassununga.sp.gov.br.**

20.9. Fica assegurado ao Município de Pirassununga o direito de, no interesse da Administração, Revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente Pregão, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente, nos termos do art. 71 da Lei Federal 14.133/2021.

20.10. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Pirassununga/SP, com exclusão de qualquer outro.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**SEÇÃO DE LICITAÇÃO**

20.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nos endereços eletrônicos: <http://www.pirassununga.sp.gov.br>, no link: “Serviços”, “compras e contratações”, “Licitações” / [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e também no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

*Assinado eletronicamente*

**Chefe da Seção de Licitação**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

**ANEXO II**  
**FORMULÁRIO PROPOSTA**

Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Tel. \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_

**Dados do Representante legal da empresa que assinará o contrato:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço residencial completo \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
E-mail institucional: \_\_\_\_\_  
E-mail pessoal: \_\_\_\_\_  
Telefone(s): \_\_\_\_\_

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE COLCHONETES E MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO PARA AS CRECHES MUNICIPAIS.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	.....	UN			

**DA VALIDADE DA PROPOSTA : 60(sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.**

**Outrossim:**

**Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.**

**Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.**

**Declara, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer os produtos nas quantidades estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência e Anexo.**

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Nome e assinatura do representante legal da empresa**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
SEÇÃO DE LICITAÇÃO

**ANEXO III**

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES  
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

A EMPRESA \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,

**DECLARA:**

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;
- 4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
- 6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
- 8) Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49; **(somente para microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa)**  
\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal da empresa



Endereço: RUA GALICIO DEL NERO 51  
Cidade: PIRASSUNUNGA

## Prefeitura Municipal de Pirassununga

CEP: 13631-904 Bairro: CENTRO  
Fone: (19) 3565-8032 Fax: () -

CNPJ: 45731650000145

### RELATÓRIO DE ANEXO DE EDITAL

Processo: 2207/2026  
Modalidade: PREGÃO

Nº Licitação: 23

#### Anexo I

#### ITENS EXCLUSIVOS

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Vlr. Ref. Unt.	Vlr. Ref. Total	Cota
1	22391 - COBERTOR SOLTEIRO MICROFIBRA MEDIDA MÍNIMA 150 X 200 CM COBERTOR SOLTEIRO MICROFIBRA MED APROX 150 X 220 MEDINDO APROXIMADAMENTE 150 X 220CM EM MICROFIBRA 100 POLIESTER ANTI ALERGICO PRODUZIDO UNICAMENTE COM FIBRAS NEUTRAS DE POLIESTER EM TONS PASTEL AZUL VERDE AMARELO LARANJA LILAS CINZA	PC	2.000,0000	36,77	73.540,00	100,00 %
3	30043 - LENÇOL INFANTIL LISO OU ESTAMPADO COM ELASTICO LENÇOL INFANTIL ESTAMPADO OU LISO EM TOM PASTEL COM ELASTICO CONFECCIONADO EM MALHA 100 % ALGODÃO. ANTIALERGICO MEDIDA MÍNIMA 70 X 150 X 12 CM	UN	2.000,0000	25,53	51.060,00	100,00 %

#### COTA PRINCIPAL

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Vlr. Ref. Unt.	Vlr. Ref. Total	Cota
2.2	22625 - TOALHA DE BANHO FELPUDA Toalha Banho Material: 100% Algodão . Medidas Mínimas (C x L): 1,40 X 0,70 M, Cor: Branca	UN	1.500,0000	42,27	63.405,00	75,00 %
4.2	39845 - COLCHONETE PARA REPOUSO Colchonete DE 1,20 m em courvin (bagun) Azul, medindo 1,20 x 0,60 x 0,12 m e densidade mínima 23. Para todas as medidas a tolerância máxima é de 2%. As peças deverao conter etiqueta identificando a marca, CNPJ da empresa, dimensões, composição e instruções de limpeza e conservação. A etiqueta deve ser costurada ao produto. As unidades devem ser embaladas individualmente. Aprovado pelo inmetro	PC	1.500,0000	50,71	76.065,00	75,00 %

#### COTA RESERVADA

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Vlr. Ref. Unt.	Vlr. Ref. Total	Cota
2.1	22625 - TOALHA DE BANHO FELPUDA Toalha Banho Material: 100% Algodão . Medidas Mínimas (C x L): 1,40 X 0,70 M, Cor: Branca	UN	500,0000	42,27	21.135,00	25,00 %
4.1	39845 - COLCHONETE PARA REPOUSO Colchonete DE 1,20 m em courvin (bagun) Azul, medindo 1,20 x 0,60 x 0,12 m e densidade mínima 23. Para todas as medidas a tolerância máxima é de 2%. As peças deverao conter etiqueta identificando a marca, CNPJ da empresa, dimensões, composição e instruções de limpeza e conservação. A etiqueta deve ser costurada ao produto. As unidades devem ser embaladas individualmente. Aprovado pelo inmetro	PC	500,0000	50,71	25.355,00	25,00 %

Valor Total do Processo: 310.560,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
CNPJ 45.731.650/0001-45 – ESTADO DE SÃO PAULO – CEP: 13.631-904 INSCR. EST. ISENTA  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1-DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1. Aquisição de materiais de cama, mesa e banho para consumo nas Creches Municipais e pré – escolas da Prefeitura Municipal de Pirassununga, descritos nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

ITEM	Código	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>01</b>	22391	Cobertor de solteiro em microfibras, medindo: 150 x 200 cm	UND.	2000	R\$ 36,77	R\$ 73.540,00
<b>02</b>	22602	Colchonete para repouso D23 medindo: 120 x 60 x 12 cm	UND.	2000	R\$ 50,71	R\$ 101.420,00
<b>03</b>	22603	Lençol liso ou estampado com elástico medindo: 130 x 70 x 15 cm	UND.	2000	R\$ 28,00	R\$ 51.060,00
<b>04</b>	24069	Toalha de banho felpuda medindo: 140 x 70 cm	UND.	2000	R\$ 42,27	R\$ 84.540,00

**1.1.2** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 310.560,00 (trezentos e dez mil e quinhentos e sessenta reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

**1.2** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da homologação.

**1.3.** Da justificativa da contratação: Considerando que não houve aquisição nos últimos 2 anos dos produtos elencados na tabela acima e a necessidade de abastecer as Creches municipais e pré escolas do município, esta contratação se justifica com a garantia de proporcionar qualidade de vida as crianças assistidas pela municipalidade.

**1.4.** Histórico médio de consumo dos últimos 06 meses: Não houve consumo desta aquisição de acordo com o histórico médio de consumo de bens/serviços nos últimos 06 (seis) meses.

**2-FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**



**2.1** A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **3-DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1** A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4-REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** As empresas participantes do certame deverão apresentar documentação de Regularidade Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista, Qualificação Técnica e Econômico-Financeiro, nos moldes nos artigos 66, 67, 68 e 69, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.2.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.3** Inspeção visual (conferência de cor, tamanho, medidas, acabamentos e demais especificações);

**4.3.1. Dimensões do colchonete:** O colchonete deve possuir dimensões adequadas às faixas etárias das crianças atendidas nas creches, permitindo uso seguro e confortável, ou seja, 120x60x12 cm.

**4.3.2. Tipo de material do colchonete:** O material utilizado no colchonete deve ser resistente, atóxico, fácil de higienizar e compatível com uso infantil, garantindo segurança, durabilidade e saúde das crianças, ou seja, courvin.

**4.3.3. Espessura do colchonete:** O colchonete deve apresentar espessura que proporcione conforto, suporte adequado e isolamento térmico, considerando o uso prolongado.

**4.3.4. Dimensões do lençol:** O lençol deve ser compatível com as dimensões dos colchonetes utilizados, permitindo total cobertura e fácil manuseio pelas equipes das creches, ou seja, 130 x70 x 15 cm

**4.3.5. Tipo de tecido do lençol:** O lençol deve ser confeccionado em tecido macio, resistente a lavagens frequentes e adequado para contato com a pele infantil, ou seja, 100% algodão.

**4.3.6. Gramatura do tecido do lençol:** O tecido do lençol deve apresentar gramatura suficiente para resistência, conforto e durabilidade. Unidade de medida:



gramas por metro quadrado (g/m<sup>2</sup>). Ex.: 120 g/m<sup>2</sup>, 150 g/m<sup>2</sup>.

**4.3.7. Dimensões do cobertor:** O cobertor deve ter dimensões que proporcionem cobertura integral às crianças, considerando os tamanhos dos colchonetes, ou seja, 150x200 cm.

**4.3.8. Material do cobertor:** O cobertor deve ser fabricado com material macio, antialérgico e de fácil higienização, adequado para uso infantil, ou seja, Microfibra.

**4.3.9. Gramatura do cobertor:** O cobertor deve apresentar gramatura que ofereça conforto térmico e resistência, ou seja, 180 a 250 g/m<sup>2</sup>.

**4.3.10. Dimensões da toalha de banho:** A toalha de banho deve ter dimensões suficientes para o uso infantil em creches, garantindo absorção e cobertura adequadas, ou seja, 70x130 cm.

**4.3.11. Tipo de tecido da toalha de banho:** O tecido da toalha deve ser macio, absorvente e resistente a múltiplas lavagens, seguro para contato com a pele infantil. Ex.: Algodão felpudo

**4.3.12. Gramatura da toalha de banho:** A toalha deve apresentar gramatura adequada à absorção eficiente e resistência ao uso intenso, ou seja, Ex.: 250 g/m<sup>2</sup>, 300 g/m<sup>2</sup>, 400 g/m<sup>2</sup>.

**4.3.13. Características de segurança:** Todos os materiais devem ser atóxicos, antialérgicos, e possuir acabamento que evite riscos de acidentes, como ausência de partes pequenas destacáveis e costuras reforçadas.

**4.3.14. Higienização e manutenção:** Os itens devem permitir lavagem e higienização frequente, sem perda significativa de integridade, cor ou textura.

**4.3.15. Normas técnicas e regulatórias:** Os produtos devem atender à legislação e normas técnicas brasileiras aplicáveis, como **ABNT NBR 16053** e **Portaria nº 118 do Inmetro** e outras normas específicas de segurança, higiene e desempenho para materiais destinados ao uso infantil em instituições de ensino.

**4.3.16. Garantia mínima:** Os produtos devem possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação para assegurar reposição em caso de falhas durante o uso.

## **5-MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

5.1. Todas as ordens no decorrer da aquisição dos materiais deverão ser dadas expressamente pelo Senhor Secretário Municipal de Educação ou por seu preposto expressamente nomeado.

5.2 O prazo para início da entrega será de até 20 (vinte) dias, contados a partir da expedição da homologação pela Unidade Requisitante.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
CNPJ 45.731.650/0001-45 – ESTADO DE SÃO PAULO – CEP: 13.631-904 INSCR. EST. ISENTA  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

5.2.1. Os produtos deverão ser entregues conforme local e horário informados na Autorização de Fornecimento (AF).

5.2.2. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Geral da Secretaria Municipal da Educação na Avenida Germano Dix, nº 3.350, Jardim Carlos Gomes – Pirassununga-SP, CEP: 13633-010.

Horário de recebimento segunda a sexta-feira das 07: 30 às 11:00 e das 12:00 às 15:00 h.

**5.3. Requisitos de aceitabilidade do objeto:**

5.3.1. Serão condições de aceitabilidade dos materiais em total acordo com o discriminado neste Termo de Referência e conferido pelo responsável e por seu acompanhamento e fiscalização.

5.3.2. Ocorrendo na entrega dos itens contratados incompatibilidades, erros, ou falhas, a Unidade Requisitante não aceitará o mesmo, devendo a Contratada proceder as devidas correções no prazo estipulado pela Administração, sem qualquer ônus ao município.

**5.4. Obrigações da contratada:**

5.4.1. Organizar-se técnica e administrativamente, de modo a cumprir com eficiência a entrega dos materiais.

5.4.2. Permitir e facilitar à Contratante o acompanhamento e verificação dos itens entregues, o que não isentará a Contratada de suas responsabilidades.

5.4.3. Repor às suas expensas, os materiais com erro ou imperfeição técnica, salvo se decorrentes de informação errônea da Contratante, sem prejuízo das multas contratuais.

5.4.4. As irregularidades deverão ser sanadas de acordo com a indicação da Contratante, no prazo máximo estipulado pela Contratante, contados do recebimento pela Contratada da notificação por escrito.

5.4.5. Comunicar formalmente à Contratante a ocorrência de qualquer anormalidade e/ou irregularidade dos itens, bem como, eventuais motivos que impeçam a entrega dos materiais no prazo previsto para a realização dos trabalhos;

5.4.6. Responsabilizar-se-á civil e criminalmente por todo e qualquer dano causado ao Município ou a terceiros, decorrente da má qualidade ou defeito dos materiais empregados;

5.4.7. Manter preposto, para representá-la na execução do contrato;

5.4.8. Todas as despesas diretas, indiretas, funcionários em geral, combustível, alimentação, estadia, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato, sem qualquer exceção, que incidirem sobre o contrato, encargos sociais, fiscais e o que mais de direito, correrão por conta exclusiva da contratada.

5.4.9. O transporte e entrega dos bens requisitados será de inteira responsabilidade da contratada.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
CNPJ 45.731.650/0001-45 – ESTADO DE SÃO PAULO – CEP: 13.631-904 INSCR. EST. ISENTA  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

5.4.10. É responsabilidade da contratada civil e criminalmente pelos funcionários registrados e também na área de segurança e saúde do trabalhador, regida pela Legislação vigente, bem como fornecimento de todos os equipamentos de segurança (EPI's).

5.4.11. A contratada responsabilizar-se-á civil e criminalmente por todo e qualquer dano causado ao Município ou a terceiros, decorrente da má qualidade ou defeito dos materiais desde a sua produção, bem como falha, erro ou inobservância das normas legais relativa à entrega dos materiais.

5.4.12. Atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos em lei.

### **5.5. Obrigações da contratante**

5.5.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.5.2 Exercer o acompanhamento e a conferência dos materiais, por servidor especialmente designado;

5.5.3 Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições nos materiais adquiridos, fixando prazo para a sua reposição correção;

5.5.4 Pagar ao contratado o valor resultante da aquisição dos materiais, no prazo e condições estabelecidas no Edital da licitação;

## **6-MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

6.1.1. O objeto contratado deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2. A execução do objeto contratado deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos, obedecido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 do Decreto Municipal nº 8.819/24, disponível no seguinte endereço:

[www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos](http://www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos).

6.1.2.1. As ocorrências relacionadas à execução do contrato, deverão obedecer o disposto no artigo 25 do Decreto Municipal nº 8.819/24, disponível no seguinte endereço:

[www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos](http://www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos).

6.1.3. A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato, obedecido o disposto no artigo 24 do Decreto Municipal nº 8.819/24, disponível no seguinte endereço:  
[www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos](http://www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos).



6.1.4 As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica (e-mail) para esse fim.

6.1.5 A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.6. Ficará o contratado, sujeito às penalidades descritas no campo Sanções Administrativas do edital da licitação, pelo não cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

## **6.2 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

6.2.1. A avaliação das aquisições dos itens serão realizadas pelo Fiscal do contrato ou por servidor habilitado, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não realizar as entregas, deixar de fornecer, ou entregar produtos com baixa qualidade;

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para as aquisições, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.2.2. A contratada deverá encaminhar a Nota Fiscal no e-mail do Fiscal do Contrato([manutencao.educacao@pirassununga.sp.gov.br](mailto:manutencao.educacao@pirassununga.sp.gov.br)), ([compras.educacao@pirassununga.sp.gov.br](mailto:compras.educacao@pirassununga.sp.gov.br)).

6.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente, indicados pelo contratado.

6.2.4. O prazo pagamento será indicado pela Secretaria Municipal de Finanças e constará no Edital da licitação em campo próprio.

## **6.3. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

6.3.1 Executado, o objeto será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, **em até 10 (dez) dias úteis**, quando verificado o cumprimentos das exigências de caráter técnico.

b) Definitivamente, pelo Fiscal do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, **em até 30 (trinta) dias úteis** da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório.

6.3.2. Os objetos do contrato poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o Contrato/Termo de Referência.

6.3.3. Constatadas irregulares no objeto, o Fiscal do Contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

6.3.3.1. Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações deste Termo de Referência, determinando sua correção.

6.3.3.2. Determinar sua complementação ou se houver diferença de quantidades



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
CNPJ 45.731.650/0001-45 – ESTADO DE SÃO PAULO – CEP: 13.631-904 INSCR. EST. ISENTA  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

ou de partes.

6.3.3.3. As irregularidades deverão ser sanadas pela contratada, no prazo máximo estipulado pela Administração, contados do recebimento por ela da notificação por escrito mantido o preço inicialmente ofertado.

6.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.4.1. O recebimento provisório e definitivo também deverão obedecer, no que couber, o disposto no artigo 29 do Decreto Municipal nº 8.819/24, disponível no seguinte endereço: [www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos](http://www.pirassununga.sp.gov.br/serviços/comprasecontratações/regulamentos)

## **7-FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

7.1. Os itens serão contratados no processo Licitação, na modalidade pregão eletrônico, com fulcro no art. 18 e 28 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. O critério de julgamento será o de menor preço na licitação.

7.3. Por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, será realizada consulta aos seguintes cadastros:

7.3.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

7.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

7.3.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

7.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

## **8-ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação (aquisições) correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

8.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Funcional Programática: 12.365.1014-2.049

Ficha: 0209

Nº do Órgão: 09.05.00 – Educação Infantil; Pré escola.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
CNPJ 45.731.650/0001-45 – ESTADO DE SÃO PAULO – CEP: 13.631-904 INSCR. EST. ISENTA  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Categoria Econômica: 33.90.30

Código de Aplicação: 282.000

Fonte e Recursos: 05; Salário – Educação (Qese\*)

Convênio: \* As Quotas-partes do Salário – Educação que pertencem aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios são repassadas de forma automática, em favor dos entes da Federação, sem necessidade de convênio ou outro instrumento similar, em contas bancárias específicas, abertas pelo FNDE e mantidas, a critério do respectivo ente federado, em instituição financeira oficial (Parágrafo Único, art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998).

8.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** EDILSON MENDES DA SILVA  
Data: 18/05/2026 14:16:05-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pirassununga, 28 de abril de 2026

Fiscal da Aquisição  
Nome: Edilson Mendes da Silva  
Cargo: Escriturário  
CPF: 113.944.068-35

**Gestor do Contrato**  
Nome: Renato Omar Ranzoni  
Cargo: Professor  
**CPF: 294.532.378-84**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** RENATO OMAR RANZONI  
Data: 19/05/2026 08:17:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



# 1025/2026 - Aquisição de colchonetes, lençóis, cobertores e toalhas de banhos.

## Informações Básicas

Setor requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Número do Processo: 2207/2026

Responsável(is): EDILSON MENDES DA SILVA

---

## 1 - Descrição da Necessidade de Contratação

A administração Pública através da Secretaria Municipal de Educação necessita adquirir colchonetes, lençóis, cobertores e toalhas de banhos para atender as Creches municipais e garantir o atendimento das crianças assistidas com materiais de qualidade proporcionando o bem estar e a qualidade de vida em um ambiente saudável.

A Secretaria Municipal de Educação de Pirassununga não realiza aquisição de cobertores, lençóis e toalhas de banho há algum tempo e a falta destes itens estão comprometendo o desenvolvimento da concretização do protocolo de cuidados presentes na Educação Infantil (Creches e Pré-escolas). Diante da obrigação do município em ofertar a educação conforme as normas e leis nacionais da educação para o ensino infantil se faz necessário a aquisição destes itens para que a rede municipal de ensino proporcione uma educação de qualidade conforme prega a legislação.

## 2 - Previsão da Contratação no PCA

Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual (PCA):

Previsto

Observações:

A Contratação esta prevista no PCA com o Documento de Formalização de Demanda sequencial nº 6114/2026

## 3 - Requisitos da Contratação

- **Dimensões do colchonete:** O colchonete deve possuir dimensões adequadas às faixas etárias das crianças atendidas nas creches, permitindo uso seguro e confortável. Unidade de medida: centímetros (cm). Ex.: 120x60x12 cm.
- **Tipo de material do colchonete:** O material utilizado no colchonete deve ser resistente, atóxico, fácil de higienizar e compatível com uso infantil, garantindo segurança, durabilidade e saúde das crianças. Ex.: Espuma de poliuretano, revestimento em PVC, courvin, napa.
- **Espessura do colchonete:** O colchonete deve apresentar espessura que proporcione conforto, suporte adequado e isolamento térmico, considerando o uso prolongado.
- **Dimensões do lençol:** O lençol deve ser compatível com as dimensões dos colchonetes utilizados, permitindo total cobertura e fácil manuseio pelas equipes das creches. Unidade de medida: centímetros (cm). Ex.: 130x70 cm
- **Tipo de tecido do lençol:** O lençol deve ser confeccionado em tecido macio, resistente a lavagens frequentes e adequado para contato com a pele infantil. Ex.: Algodão, misto algodão/poliéster.

- **Gramatura do tecido do lençol:** O tecido do lençol deve apresentar gramatura suficiente para resistência, conforto e durabilidade. Unidade de medida: gramas por metro quadrado (g/m<sup>2</sup>). Ex.: 120 g/m<sup>2</sup>, 150 g/m<sup>2</sup>.
- **Dimensões do cobertor:** O cobertor deve ter dimensões que proporcionem cobertura integral às crianças, considerando os tamanhos dos colchonetes. Unidade de medida: centímetros (cm). Ex.: 150x200 cm.
- **Material do cobertor:** O cobertor deve ser fabricado com material macio, antialérgico e de fácil higienização, adequado para uso infantil. Ex.: Microfibra.
- **Gramatura do cobertor:** O cobertor deve apresentar gramatura que ofereça conforto térmico e resistência. Unidade de medida: gramas por metro quadrado (g/m<sup>2</sup>). Ex.: 180 g/m<sup>2</sup>, 200 g/m<sup>2</sup>, 250 g/m<sup>2</sup>.
- **Dimensões da toalha de banho:** A toalha de banho deve ter dimensões suficientes para o uso infantil em creches, garantindo absorção e cobertura adequadas. Unidade de medida: centímetros (cm). Ex.: 60x120 cm, 70x130 cm.
- **Tipo de tecido da toalha de banho:** O tecido da toalha deve ser macio, absorvente e resistente a múltiplas lavagens, seguro para contato com a pele infantil. Ex.: Algodão felpudo
- **Gramatura da toalha de banho:** A toalha deve apresentar gramatura adequada à absorção eficiente e resistência ao uso intenso. Unidade de medida: gramas por metro quadrado (g/m<sup>2</sup>). Ex.: 250 g/m<sup>2</sup>, 300 g/m<sup>2</sup>, 400 g/m<sup>2</sup>.
- **Características de segurança:** Todos os materiais devem ser atóxicos, antialérgicos, e possuir acabamento que evite riscos de acidentes, como ausência de partes pequenas destacáveis e costuras reforçadas.
- **Higienização e manutenção:** Os itens devem permitir lavagem e higienização frequente, sem perda significativa de integridade, cor ou textura.
- **Normas técnicas e regulatórias:** Os produtos devem atender à legislação e normas técnicas brasileiras aplicáveis, como ABNT NBR 16071 (mobiliário infantil), recomendações da Anvisa e outras normas específicas de segurança, higiene e desempenho para materiais destinados ao uso infantil em instituições de ensino.
- **Garantia mínima:** Os produtos devem possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação para assegurar reposição em caso de falhas durante o uso.
- **Identificação e rastreabilidade:** Os produtos devem conter informações de identificação do fabricante, lote e data de fabricação para facilitar o controle de qualidade e rastreabilidade.

## 4 - Levantamento de Mercado

Opções selecionadas:

- Aquisição por Sistema de Registro de Preços (SRP) para fornecimento parcelado conforme demanda, envolvendo todos os itens (colchonetes, lençóis, cobertores e toalhas de banho), com possibilidade de adesão futura por outros órgãos públicos municipais.
  - Pontos positivos:
    - Permite compras conforme a demanda, evitando estoques excessivos
    - Reduz o risco de desabastecimento com reposições constantes
    - Facilita a adesão de outros órgãos, promovendo economia de escala
    - Padroniza a aquisição dos materiais conforme requisitos técnicos
    - Otimiza processos licitatórios, reduzindo custos administrativos
  - Pontos negativos:
    - Pode gerar dependência de fornecedores registrados, limitando alternativas
    - Processos de adesão por outros órgãos podem aumentar a complexidade de gestão
    - Possível demora na entrega por parte dos fornecedores em picos de demanda
    - Risco de preços menos competitivos do que licitações separadas e pontuais
    - Necessidade de atualização contínua do levantamento de demandas reais
- Aquisição Integrada Conjunta Intersecretarial (Compra Compartilhada com outras Secretarias Municipais via planejamento centralizado)
  - Pontos positivos:
    - Redução de custos unitários devido ao ganho de escala
    - Otimização de recursos administrativos com centralização do processo
    - Fortalecimento do poder de negociação junto aos fornecedores
    - Padronização das especificações dos produtos adquiridos
    - Ampliação da competitividade ao permitir participação de fornecedores nacionais
  - Pontos negativos:
    - Complexidade maior na coordenação entre diferentes secretarias
    - Riscos de atraso devido à necessidade de alinhar demandas distintas
    - Possíveis divergências quanto à padronização dos itens adquiridos
    - Demandas específicas de algumas secretarias podem ser subatendidas
    - Necessidade de maior planejamento e controle centralizado
- Procedimento de Licitação Eletrônica do Tipo Menor Preço por Lote Único Específico para Materiais de Uso Infantil
  - Pontos positivos:

- Padronização dos materiais fornecidos
- Facilitação da gestão e fiscalização do contrato
- Redução do trabalho operacional e administrativo
- Aumento da transparência e competitividade
- Garantia de atendimento a todos os requisitos técnicos e de qualidade
- Pontos negativos:
  - Restrição da participação a empresas que atendam todos os itens do lote
  - Possível redução da concorrência devido à exigência do fornecimento total
  - Risco de dependência de um único fornecedor
  - Dificuldade para pequenas empresas participarem do certame
  - Em caso de problemas contratuais, pode impactar o fornecimento de todos os itens

## 5 - Consolidação do Levantamento

Considerando que o **artigo 44 da Lei nº 14.133/2021** determina que, quando houver possibilidade de **compra ou locação de bens**, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) deve considerar obrigatoriamente os **custos e os benefícios de cada opção**, indicando a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública.

### **Primeira alternativa - Aquisição por Sistema de Registro de Preços (SRP) para fornecimento parcelado conforme demanda, envolvendo todos os itens (colchonetes, lençóis, cobertores e toalhas de banho), com possibilidade de adesão futura por outros órgãos públicos municipais.:**

O Sistema de Registro de Preços permite a contratação de fornecedores mediante licitação, garantindo o fornecimento dos materiais de acordo com a demanda real das creches ao longo do período de vigência da ata, otimizando os estoques e evitando compras excessivas. Os produtos podem ser requisitados conforme a necessidade, facilitando a reposição constante e reduzindo o risco de desabastecimento. A adesão por outros órgãos potencializa economia de escala e padronização dos materiais adquiridos, respeitando os requisitos técnicos e legais estabelecidos para cada item do edital.

#### **Vantagens:**

Permite compras conforme a demanda, evitando estoques excessivos  
 Reduz o risco de desabastecimento com reposições constantes  
 Facilita a adesão de outros órgãos, promovendo economia de escala  
 Padroniza a aquisição dos materiais conforme requisitos técnicos  
 Otimiza processos licitatórios, reduzindo custos administrativos

#### **Desvantagens:**

Pode gerar dependência de fornecedores registrados, limitando alternativas  
 Processos de adesão por outros órgãos podem aumentar a complexidade de gestão  
 Possível demora na entrega por parte dos fornecedores em picos de demanda  
 Risco de preços menos competitivos do que licitações separadas e pontuais  
 Necessidade de atualização contínua do levantamento de demandas reais

### **Segunda alternativa - Aquisição Integrada Conjunta Intersecretarial (Compra Compartilhada com outras Secretarias Municipais via planejamento centralizado):**

Essa alternativa consiste em realizar uma contratação centralizada, por meio de acordo de cooperação entre diferentes secretarias do município (por exemplo: Educação, Saúde, Assistência Social), para aquisição conjunta de colchonetes, lençóis, cobertores e toalhas de banho. A consolidação das demandas em um único processo licitatório proporciona ganhos de escala, otimiza recursos administrativos, fortalece o poder de negociação e reduz custos unitários dos produtos. Além disso, o planejamento centralizado permite padronizar especificações e garantir níveis adequados de qualidade, mantendo o

atendimento aos requisitos técnicos, legais e regulatórios mencionados. Tal opção não exige alterações no objeto e pode receber fornecedores de âmbito nacional, ampliando a competitividade entre prestadores.

**Vantagens:**

Redução de custos unitários devido ao ganho de escala  
Otimização de recursos administrativos com centralização do processo  
Fortalecimento do poder de negociação junto aos fornecedores  
Padronização das especificações dos produtos adquiridos  
Ampliação da competitividade ao permitir participação de fornecedores nacionais

**Desvantagens:**

Complexidade maior na coordenação entre diferentes secretarias  
Riscos de atraso devido à necessidade de alinhar demandas distintas  
Possíveis divergências quanto à padronização dos itens adquiridos  
Demandas específicas de algumas secretarias podem ser subatendidas  
Necessidade de maior planejamento e controle centralizado

### **Terceira alternativa - Procedimento de Licitação Eletrônica do Tipo Menor Preço por Lote Único Específico para Materiais de Uso Infantil:**

Nesta alternativa, é realizado um processo específico de licitação eletrônica do tipo menor preço global ou por lote único envolvendo todos os itens (colchonetes, lençóis, cobertores e toalhas de banho), com exigências e parâmetros técnicos detalhados nos editais e anexos. O lote único favorece a participação de empresas capazes de fornecer todas as categorias de produtos, incentivando fornecedores especializados em atender demandas de instituições públicas. O modelo garante a seleção da proposta mais vantajosa, assegura padronização dos materiais e facilita a gestão do contrato, reduzindo o trabalho operacional, administrativo e logístico ao manter o fornecimento sob responsabilidade de um único fornecedor. O certame é aberto a fornecedores nacionais, ampliando a competitividade e a transparência, e todos os requisitos de qualidade, segurança e rastreabilidade constantes do termo de referência são exigidos e auditáveis.

**Vantagens:**

Padronização dos materiais fornecidos  
Facilitação da gestão e fiscalização do contrato  
Redução do trabalho operacional e administrativo  
Aumento da transparência e competitividade  
Garantia de atendimento a todos os requisitos técnicos e de qualidade

**Desvantagens:**

Restrição da participação a empresas que atendam todos os itens do lote  
Possível redução da concorrência devido à exigência do fornecimento total  
Risco de dependência de um único fornecedor  
Dificuldade para pequenas empresas participarem do certame  
Em caso de problemas contratuais, pode impactar o fornecimento de todos os itens

### **Opção Escolhida**

Procedimento de Licitação Eletrônica do Tipo Menor Preço por Lote Único Específico para Materiais de Uso Infantil

### **Justificativa da Opção Escolhida**

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, realizou-se levantamento de mercado visando identificar soluções disponíveis para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Educação referente à aquisição de colchonetes, lençóis infantis, cobertores de solteiro e toalhas de banho felpudas.

Foram analisadas contratações similares realizadas por órgãos públicos através do Banco de Preços resultando na geração do Mapa Comparativo de Preços, Relatório de Memória de Calculos e o Relatório Resumido de Cotação, os quais serviram para a cotação no Sistema de Compras desta municipalidade.

Para itens de consumo e enxoval (colchonete, lençol infantil, cobertor e toalha), a **aquisição definitiva** consolida-se como a escolha padrão devido ao desgaste físico rápido, exigências de higiene e baixo valor unitário, portanto, a escolha de licitação na modalidade Pregão eletrônico com o critério de menor preço fundamenta-se na necessidade de otimizar todo o processo de aquisição de bens e serviços e garantir a igualdade de competitividade.

## **6 - Descrição da Solução Como um Todo:**

A solução escolhida consiste na aquisição de colchonetes, lençóis, cobertores e toalhas de banho de acordo com as demandas das creches municipais, assegurando que todos os itens entregues possuam características adequadas ao uso infantil e atendam plenamente aos requisitos de qualidade, segurança, conforto e durabilidade. Os colchonetes serão confeccionados em materiais atóxicos, resistentes e de fácil higienização, como espuma de poliuretano com revestimento adequado para uso infantil, nas dimensões aptas para atender os diversos perfis etários das crianças matriculadas. Os lençóis serão produzidos em tecidos macios, de alta resistência a lavagens frequentes, como algodão ou composição mista, com gramatura compatível para assegurar conforto térmico, durabilidade e segurança. Da mesma forma, os cobertores devem ser macios, antialérgicos, de fácil manutenção e higienização, fabricados em material como microfibras, manta soft ou fleece, nas dimensões apropriadas para garantir adequada cobertura e bem-estar das crianças. As toalhas de banho deverão ter absorção eficiente, toque suave e resistência ao uso frequente, utilizando tecido felpudo ou misto, garantindo suavidade e segurança para contato direto com a pele infantil. Todos os produtos atenderão rigorosamente às normas técnicas vigentes, incluindo especificações da ABNT e orientações das autoridades sanitárias, além de oferecerem garantia mínima contra defeitos de fabricação, aspectos essenciais para a reposição rápida e eficiente em caso de necessidade. Os itens adquiridos serão embalados e identificados pelo fabricante, lote e data de fabricação, facilitando a rastreabilidade e o controle de qualidade por parte da Administração Pública. Essa solução atende de forma eficaz às necessidades identificadas, pois garante abastecimento contínuo e reposição imediata de materiais essenciais ao funcionamento das creches municipais, assegurando que todas as crianças tenham acesso a itens novos, higienizáveis, seguros e confortáveis. A escolha por materiais de qualidade e adequação infantil proporciona um ambiente mais saudável, confortável e seguro, contribuindo significativamente para o bem-estar e o desenvolvimento das crianças atendidas. O atendimento aos rigorosos critérios de segurança, higiene e padronização reduz o risco de acidentes, alergias ou outros agravos à saúde, além de favorecer a organização e o gerenciamento eficiente dos insumos nas unidades escolares. Com essa solução, a Administração Pública promove a constante renovação do enxoval das creches, substituindo itens desgastados ou inadequados, e previne situações de escassez, amenizando impactos negativos na rotina escolar. Além disso, o detalhamento criterioso dos requisitos técnicos impede o fornecimento de produtos de baixa qualidade, assegurando a excelência do serviço público prestado às crianças e suas famílias. Dessa forma, a solução escolhida garante atendimento pleno aos objetivos do município, promovendo o conforto, a saúde, a segurança e a qualidade de vida das crianças nas creches municipais.

## **7 - Estimativa do Quantitativo**

A justificativa do quantitativo de materiais necessários para abastecer as Creches municipais e unidades do ensino infantil sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação foi elaborado de acordo com o tempo de duração de vida dos materiais em uso, assim como, o tempo em que os materiais não foram adquiridos, e o número de crianças assistidas. Foi realizado um levantamento para que todas as unidades pré - escolar fossem contempladas.

## **Observações**

As lavagens constantes para manter a higienização dos materiais contribui para o tempo de vida dos produtos. Com a chegada do inverno esta aquisição vai garantir mais conforto as crianças.

## **8 - Estimativa de Preço**

<b>Item:</b>	<b>Quantidade:</b>	<b>Medida:</b>	<b>Preço Unitário:</b>	<b>Valor total:</b>
Cobertor solteiro em microfibra medindo 1,50 x 2,00 M	2.000	Peça	R\$ 37,00	R\$ 74.000,00
Colchonete para descanso medindo 1,20 x 0,60 x 0,12	2.000	Peça	R\$ 49,81	R\$ 99.620,00
Lençol infantil liso ou estampado medindo 1,30 x 0,70 x 0,15	2.000	Peça	R\$ 24,45	R\$ 48.900,00
Toalha de banho branca 1,40 x 0,70	2.000	Peça	R\$ 42,00	R\$ 84.000,00
Valor Total Estimado:				R\$ 306.520,00

## 9 - Justificativa Para Parcelamento

**Não Parcelamento**, em virtude do(s) seguinte(s) motivo(s):

- A economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor.

## 10 - Providências a Serem Tomadas Previamente ao Contrato

- Adaptação do ambiente físico: Adequação do ambiente de estoque no momento da entrega para a preservação dos produtos

## 11 - Contratações Correlatas / Interdependentes

Contratações Correlatas / Interdependentes

Não há.

## 12 - Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

No contexto da aquisição de colchonetes, lençóis, cobertores e toalhas de banho para creches municipais, conforme os parâmetros técnicos e legais estabelecidos, é fundamental considerar os impactos ambientais associados ao ciclo de vida desses produtos, desde sua fabricação, passando pela logística de distribuição, até o descarte ao final de sua vida útil. Sob a ótica da sustentabilidade, identificam-se impactos ambientais potenciais relacionados ao consumo de matérias-primas, processos produtivos, consumo de energia, emissão de poluentes, geração de resíduos sólidos e consumo de recursos naturais, além de eventuais riscos ligados à destinação inadequada dos materiais após uso. Um dos principais impactos ambientais decorre da produção dos materiais que compõem os itens a serem adquiridos. Por exemplo, a fabricação de colchonetes em espuma de poliuretano e revestimentos sintéticos, como PVC, courvin ou napa, implica no uso de recursos fósseis (derivados do petróleo), alto consumo energético, emissão de gases de efeito estufa e geração de resíduos industriais. Para os lençóis, cobertores e toalhas, o uso de fibras têxteis como algodão – especialmente se não for de cultivo sustentável – pode representar elevado consumo de água, além de uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes, culminando em contaminação de solo e corpos d'água. Nas fibras sintéticas (poliéster, microfibra, fleece), há aporte adicional de matérias-primas não renováveis e risco de geração de microplásticos durante a lavagem. A logística de distribuição destes materiais também contribui para emissões atmosféricas pelo transporte rodoviário, sobretudo se realizada com baixa eficiência ou longas distâncias entre fabricantes e pontos de entrega. Outra dimensão a ser considerada é a geração de resíduos sólidos oriundos de embalagens plásticas e papelão utilizadas para transporte, bem como o descarte final dos itens ao atingirem o fim de sua vida útil, que podem persistir no ambiente por décadas se não houver política adequada de coleta seletiva e reciclagem. Durante o ciclo de vida útil dos produtos, especialmente têxteis, a lavagem frequente implica consumo adicional de água e energia, além do uso de detergentes que podem impactar a qualidade da água local, principalmente se não houver práticas de lavagem sustentáveis. A exposição dos usuários infantis a substâncias químicas utilizadas nos processos de produção – como tingimentos, impermeabilizantes ou aditivos plásticos – pode não só gerar riscos à saúde, mas também contaminar o ambiente nos efluentes industriais. Além disso, resíduos gerados na fase de descarte, como espumas e tecidos sintéticos, frequentemente não são reciclados devido à baixa infraestrutura específica para esses materiais, acabando em

aterros sanitários e contribuindo para o problema crescente da poluição plástica. Para mitigar esses impactos ambientais, diversas medidas podem ser adotadas de modo articulado, contemplando prevenção, redução, compensação e gestão adequada dos resíduos. Primeiramente, recomenda-se privilegiar no edital de aquisição empresas que comprovem boas práticas ambientais, como a adoção de processos produtivos mais limpos, uso de matérias-primas certificadas (como algodão orgânico, fibras recicladas ou espuma de poliuretano com aditivos menos poluentes), e fabricação conforme normas ambientais internacionais e nacionais. Também é recomendável exigir laudos que atestem a ausência de substâncias tóxicas e aditivos poluentes nos produtos acabados, buscando minimizar o risco tanto para as crianças quanto para o meio ambiente. Outra ação efetiva é a priorização, na cadeia de suprimentos, de fornecedores locais ou regionais, reduzindo assim o impacto logístico proveniente do transporte. Relativamente às embalagens, pode-se indicar a preferência por embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, e estimular a logística reversa, exigindo dos fornecedores o retorno de embalagens ou apoio à destinação adequada dos itens em fim de vida. Ademais, recomenda-se a elaboração de orientações às creches para estimular a correta separação e descarte dos resíduos gerados, bem como a destinação dos materiais inutilizados para pontos de coleta seletiva ou projetos de reciclagem, sempre que possível. Também é importante promover e orientar boas práticas de uso, higienização e manutenção dos itens, sugerindo o uso racional de água e energia elétrica, bem como a escolha de produtos de limpeza biodegradáveis – preferencialmente em concentrações adequadas e com baixo impacto ambiental –, minimizando assim a poluição hídrica. Eventuais trocas programadas e controles de estoque podem ser instituídos para evitar descarte prematuro e prolongar ao máximo a vida útil dos materiais, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e gerando menor volume de resíduos. Em um cenário futuro, pode-se pensar na inserção de critérios ambientais adicionais no edital, tais como a aquisição de produtos estruturados para facilitar reciclagem ao final da vida útil (design for environment), e na promoção de educação ambiental junto às equipes das creches, fortalecendo uma cultura institucional voltada à sustentabilidade. Assim, ao considerar os impactos ambientais potenciais da contratação, a Administração Pública pode mitigá-los de forma efetiva ao exigir critérios ambientais no processo licitatório, estimular a economia circular, apoiar fornecedores ambientalmente responsáveis e promover a gestão adequada dos resíduos. Tais ações, articuladas às medidas de acompanhamento e conscientização dos usuários finais, contribuirão para minimizar a pegada ambiental da aquisição e assegurar que o atendimento às necessidades das crianças seja realizado de modo eficiente, seguro e responsável perante o meio ambiente.

## 13 - Resultados Pretendidos

### Resultados Pretendidos

- Atendimento da necessidade registrada no Título 1 deste Estudo Técnico Preliminar.
- Ganho em termos de:
  - Economia.
  - Desenvolvimento sustentável.
  - Otimização processual.
- Garantir o cumprimento da legislação educacional vigente permitindo que a criança tenha seus direitos resguardados, proporcionar um ambiente lúdico, harmonioso e confortável em que elas possam ter um local de descanso, assegurando-lhes a igualdade de condições de higiene. Quanto a aquisição, os benefícios diretos e indiretos podem ser percebidos na economicidade, uma vez que o procedimento permite a contratação de materiais de qualidade, uma vez que há concorrência entre as empresas do ramo de atividades, com a oferta de menor preço, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos.

## 14 - Posicionamento Conclusivo Sobre a Viabilidade da Contratação

Em face dos dados e análises expostas nas seções pretéritas deste documento, consigna-se a viabilidade da contratação, de forma a atender a necessidade em tela.